

## OS ALIENADOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E DO HOSPÍCIO EDUARDO RIBEIRO: EXCLUSÃO E NORMALIZAÇÃO DO CORPO E DA CIDADE DE MANAUS (1880-1927)\*



Maria de Jesus do Carmo de Araújo\*\*

**Resumo:** o presente artigo aborda questões envolta de instituições médicas que acolhiam alienados para o tratamento necessário, mas também estava aliado ao discurso político da época no processo de embelezamento da cidade. Manaus viveu um apogeu econômico no final do século XIX para o XX, que proporcionou algumas mudanças sociais, culturais e econômicas, esses fatores serão unidos ao discurso higiênico da época que vai culminar na forma de pensar a doença. Partindo da ideia do uso da ciência para tratar os doentes e a sociedade, o código de postura vai ser uma ferramenta do Estado para normatizar o corpo e a cidade, para isso foi necessário excluir os que estavam doentes ou adoeciam a cidade para espaços distantes do centro urbano, além disso padrões de comportamento foram impostos para que a sociedade fosse vista como moderna e higienizada.

**Palavras-chave:** Alienados. Exclusão. Normalização. Manaus.

THE ALIENATES FROM THE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA AND THE  
EDUARDO RIBEIRO HOSPICE: EXCLUSION AND STANDARDIZATION  
OF THE BODY AND THE CITY OF MANAUS(1880-1927)

**Abstract:** This article explain the questions arround medical institutions about a care of alienated people for the necessary treatment, but it was also allied to the political discourse of the time in the process of beautifying the city. Manaus experienced an economic apogee in the late nineteenth to the twentieth century, which provided some social, cultural and economic changes, these factors will be joined to the hygienic discourse of the time that will culminate in the way of thinking about the disease. Based on the idea of using science to treat patients and society, the code of posture will be a tool of the State to standardize the body and the city. urban center, moreover behavioral standards were imposed so that society was seen as modern and sanitized.

\* Recebido em: 20.04.2021. Aprovado em: 05.10.2021.

\*\* Mestra em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de História na Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – Seduc/ Am. *Email:* maria.carmojs@gmail.com.



**Keywords:** Alienated. Exclusion. Normalization. Manaus.

**A** Manaus da virada do século XIX para o XX era uma cidade de contrastes. Nela parecia caber um pouco de tudo, de todos os lugares do mundo, ela era o reflexo de um sonho importado *a la carte* da França, mas que tinha sua identidade resguardada mesmo que discretamente, mesmo que silenciosamente. Manaus nunca conseguiria extinguir toda sua regionalidade porque ela sobrevivera nas memórias de seus moradores, numa confusão exposta nos jornais da época, ao dizer não às autoridades, nos cabelos negros de seus habitantes, o gosto do peixe fresco, a água escura do rio negro, na mata verde da floresta, no banho de rio, em construções das casas consideradas fora dos padrões exigidos, o grito ou gemido dos alienados e em muitas outras formas de resistência. Isso nenhum discurso e nem o tempo vão poder apagar da urbe de Manaus.

Partindo dessa ideia, sabemos que o discurso da época era que Manaus tivesse novos hábitos, de preferência o do europeu. A sede foi construída para poucos, mas quem a fez ser a Paris dos Trópicos<sup>1</sup> foram as mãos dos trabalhadores, em especial a dos nacionais. Indivíduos que vieram atrás dos seus sonhos, de conquistas, no entanto, se depararam com uma cidade para poucos.

## OS DOENTES SOCIAIS DA PARIS DO TRÓPICOS

Começaremos pelos trabalhadores, pois eles configuravam a grande maioria dos enviados como indigentes para a Santa Casa de Misericórdia e para o Hospício dos Alienados Eduardo Ribeiro. Eles foram um dos principais alvos da modernização, ora, a política de higienização da área central de Manaus e porque eles também eram confundidos por suas atitudes com alienados. Podemos citar que se tinha algum sintoma comum entre os doentes de alienação e os trabalhadores recolhidos nas instituições para alienados na capital da borracha, reconhecia-os pela agitação. Por consequência seus atos (gritos, agressividade, entre outros) eram igualmente confundidos. Tanto é que a polícia era quase sempre acionada para fazer o recolhimento dessas pessoas.

Como vários indivíduos compuseram a história das instituições para alienados, muitos serão os atores sociais que irão compor esse tópico: mulheres, homens, menores, indigentes, vadios, prisioneiros, alienados, nacionais, estrangeiros. Entre a literatura e a realidade, entre a política e a sociedade, entre outros, eles são atores porque interferiram na cena do cotidiano da Paris dos Trópicos se fazendo ver ou ouvir, eles foram a ação do fato.

Os alienados assustavam os normais, por aparentemente não terem controle de si e pelo fato dos outros também não o controlarem. Os gritos, os sussurros, as previsões, os arranhares dos dentes, o se despir, entre outras ações, faziam com que as pessoas tivessem medo do imprevisível, ou melhor, do que lhe causava desconforto.

O incômodo que os loucos causavam eram denunciados às autoridades. Os gritos eram o que mais perturbavam as pessoas, todavia não era só isso. Eles serem visíveis numa cidade que passa por um processo de reurbanização era um problema. Para a elite seria mais pertinente tê-los afastados da área de maior circulação na cidade,

Ontem, por volta de 11 horas da noite, pouco mais ou menos, o indivíduo Manoel Zeferino, entrou pelos fundos da repartição onde funciona a polícia, incomodando toda a vizinhança com os gritos que soltava. A autoridade de serviço tomou conhecimento do fato, chegando a conclusão de que Manoel Zeferino achava-se sofrendo de alienação mental, providencian-

<sup>1</sup> Nome dado a cidade de Manaus no período da Belle Époque por causa das transformações ocorridas na urbe, a partir da exploração do látex.



do em seguida no sentido de ser o infeliz recolhido ao hospício de alienados (A Federação, 23/06/1899, n.365, p.1).

Manoel foi “diagnosticado” pelos gritos que soltava, foi constatado que sofria de alienação pelo médico da polícia e encaminhado para recolhimento no Hospício. Outro fato para refletirmos é: o que levaria Manoel a invadir a repartição? Não podemos diagnosticá-lo por uma nota de jornal, mas com certeza, esse indivíduo precisava de ajuda, seja ela médica ou de caridade. Se fosse um criminoso, acreditamos que ele buscaria invadir outro espaço, ao invés de invadir uma instituição que zelava pela ordem.

Não vemos os alienados aqui como meros figurantes, os vemos como atores, de sua vida, da sociedade e do trabalho, pois eles não ficavam estáticos, as suas atitudes exigiam outras e com os fragmentos que nos chegaram dessas cenas, conseguimos resgatar o que lhes foi roubado, a sua própria história de vida.

Muitas das atitudes dos indivíduos eram reconhecidas como alienação. Neste caso, estar alcoolizado poderia ser considerado um caso de alienação. Essa condição é encontrada, inclusive, na classificação de grandes psiquiatras como J. Falret, Morel e Krafft-Ebing (PESSOTTI, 1999), e na qual se encaixa o José Joaquim, “Foi recolhido ontem, ao hospital de Alienados, por se achar sofrendo de delírio alcoólico, [...] atestado do médico da polícia” (A Federação, 16/06/1899, n. 359, p. 2). José foi recolhido no Hospício, pois tratava-se de uma alienação alcoólica, sendo assim, ele estava em local adequado para receber o tratamento. Porém não podemos generalizar que todos os bêbados encontrados em Manaus se tratavam de alienados, por isso a crítica em mandar recolher no Hospício todos aqueles que estavam sofrendo por conta do álcool.

José Joaquim representa muitos atores que foram recolhidos no Hospício por estarem alcoolizados. Apontamos que o álcool poderia ser entendido como meio de fuga da realidade pela qual passavam. Não sabemos de onde ele veio, ora, o que fazia, sabemos somente sobre o seu recolhimento, como já foi exposto. Magali Engel salienta,

Decididamente não havia chegado ainda a época em que, *com base na avaliação médica* de que o alcoolismo era ao mesmo tempo causa e efeito da doença mental, os bêbados da cidade eram despejados pela polícia no hospício, a ponto de se tornarem tão numerosos que alguns psiquiatras começariam a reivindicar, como será visto, a criação de estabelecimentos especialmente destinados ao seu tratamento (ENGEL, 2001, p. 39, grifo nosso).

O álcool nesse período era usado para se “distrair”, principalmente, nos seringais da região, o que não deixa de ser uma fuga da rotina de trabalho exploratória, de estar longe da família, e de outras situações. Mas a alienação alcoólica acaba perdendo esse status e, posteriormente, se tornou uma doença independente. Sendo assim, o delírio alcoólico deveria ser tratado, mas isso não ocorria. Os indivíduos eram recolhidos, recebiam o mínimo de tratamento e acabavam, também, à mercê da salvação divina.

O indivíduo que ingeria álcool não era visto apenas como alienado, era apontado como um problema, e, portanto, deveria logo ser tratado nos primeiros sinais, para Maria Cunha

O alcoolismo, que fornece uma grande porcentagem dos casos de internamento masculino, é quase sempre composto desta forma: quadro patológico “à caminho” da loucura e agregado a classificações nosográficas como “fraqueza do espírito”, “tarado”, “degeneração”, “idiota”. A busca do degenerado “à caminho” da loucura, do louco potencial que está solto nas ruas visa, em última análise, a limpeza da sociedade e a busca da ordem urbana, quase funções de polícia na “defesa” contra a criminalidade (CUNHA, 1986, p. 136-7).



Entendemos que o delírio alcoólico é visto como um problema médico e social, e passível de disciplina. Por isso eram recolhidos em estabelecimentos fechados para receberem tratamento, segundo Vera Portocarrero

O exame é um olhar que normaliza, uma vigilância que normaliza, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir os indivíduos. Ele impõe o princípio de visibilidade, através dos quais os indivíduos são diferenciados e sancionados. Por esta razão, o exame é o dispositivo da disciplina mais submetido a rituais – na escola, no hospital etc (PORTOCARRERO, 2009, p. 201).

Estar alcoolizado na classificação de alienação trazia consequências mais agravantes que ser recolhido em uma instituição de saúde, ora, à cadeia. Poderia custar-lhe a própria vida, como foi o caso do Manoel Saraiva. As pessoas relataram que ele era uma pessoa calma até que teve um surto e tentou asfixiar várias pessoas, incluindo uma criança (que veio a falecer). Criança essa de quem o pai, em um ato para tentar salvar seu filho, acabou assassinando Manoel (A CAPITAL, 26.03.1918, p. 2). Muitas vezes a agressividade do alienado não conseguia ser contida por outras pessoas, os alienados que recolhidos nos estabelecimentos de saúde eram classificados como loucos, agressivos acabavam por receber tratamento isolado dos demais, pois apresentavam um risco aos outros e a ele próprio.

A política de higienização, o saber médico vão se unir para “tratar” as cidades brasileiras, por conta da ideia de ordem e progresso para o país. Por conta desse ideal, muitos foram recolhidos para instituições de saúde para serem tratados. No ano de 1922, a cidade já afetada por causa da crise da borracha, traz demonstrativos do número de 116 indigentes (RELATÓRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1923, p.119), situação que acabou por sobrecarregar ainda mais o espaço já não adequado para os alienados.

A crise da borracha mudaria novamente o cenário da cidade. A circulação de pessoas se intensificaria à procura de trabalho, não conseguindo, muitas acabariam por burlar os códigos e regulamentos, fazendo delas um perigo social. Nesse contexto, os presos de justiça, já vistos como perigosos, aparecem sendo recolhidos para as instituições médicas por motivo de *doença, ferimento*, e para serem *medicados*,

Por ordem do dr. Chefe de Polícia, foram recolhidos à Santa Casa, por motivo de moléstia, os célebres passadores do Conto de Vigário: Antonio de Vasconcellos e Arthur Pereira Ramos, que se achavam presos na cadeia de detenção (A notícia, Ano I, 04/12/1908, n.1, p. 2). Baixaram o hospital de misericórdia para serem medicados os presos de justiça: Joaquim Pedro Page, Felisberto Baca e Alfredo Jose d’Andrade (O SÉCULO, Ano 1, 11/01/1890, n. 3).

No que tange os presos de justiça, eles se faziam mais presentes na Santa Casa, no ano de 1905, somando 81 presos de justiça. Muito provavelmente levados para receber cuidados básicos, como curativos (RELATÓRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MANAUS, apresentado às Mesas da Assembléia Geral e Administrativa, em sessão de 1 de Janeiro de 1906, pelo provedor Coronel Affonso de Carvalho. Manaus, 1906. Anexo 2). O que nos faz pensar nesses atores, é o fato deles provavelmente estarem no mesmo ambiente que os alienados, já que a ala destinada para esses doentes continuava funcionando na Santa Casa. Quando ligamos alguns casos com a lei de reorganização de 1903, entendemos que eles não poderiam estar no mesmo ambiente que os presos de justiça, mesmo que fosse para receber cuidados básicos.

Ainda sobre os presos de justiça, encontramos o caso do José Francisco, “O réu, condenado a 29 anos e nove meses, pelo júri passado, de cuja sentença apelou, não entra na presente época, por achar-se recolhido ao hospício de alienados” (A FEDERAÇÃO, 22/12/1899, n.522, p.1.) Entendemos



que a luta de José é por ter sua liberdade de volta. Enquanto preso, porém deve ter sido diagnosticado com alienação e transferido para o Hospício dos Alienados Eduardo Ribeiro. Nessa perspectiva explorava-se mais uma área para o saber científico, o da psiquiatria com a criminalidade, Magali Engel expõe,

Não se previa explicitamente o envio de loucos para prisão, a não ser nos casos em que no momento do crime a razão e a consciência tivessem sido recuperadas. Critério bastante difícil de ser avaliado mesmo depois da difusão das discussões acerca dos intervalos lúcidos na loucura que mobilizariam psiquiatras, jurista e legistas em fins do século XIX. A adoção desse critério na definição do louco criminoso deixava, portanto, uma grande brecha para que muitos fossem efetivamente enviados para as prisões. Além disso, como inexistiam espaços especialmente destinados “aos loucos que tivesse cometido crimes” na cidade do Rio de Janeiro até o início da década de XX, é possível supor que a possibilidade de enviá-los às “casas para eles destinadas” referia-se, de fato, a à reclusão na Santa Casa da Misericórdia ou nas cadeias ou casas de correção (ENGEL, 2001, p. 184)

Em Manaus, os meios coercitivos não ocorriam apenas em ambientes fechados, mas também em espaços abertos utilizando, inclusive, os seringais para as práticas coercitivas (DIAS, 2007). Além desse aspecto nos anos iniciais da República, a própria ideia de asilo mais colônia vai ganhar espaço assumindo essa função para os alienados<sup>2</sup>, logo pensamos no João José,

Na noite do dia 23 de Setembro foi acometido de alienação mental o indivíduo de nome João José da Silva Lorangeira, sendo recolhido na Cadeia por haver tentado ferir seu cunhado de nome Casimiro, sendo depois transferido para o hospital da Santa Casa de Misericórdia, d’onde embarcou para a província vizinha (RELATÓRIO, Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves presidente da Província do Amazonas instalou a 1 sessão da 18 legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, em 25 de março de 1886, p. A-7).

João foi a primeira fonte que encontramos sobre alienados na capital do Amazonas. O vimos, numa primeira análise, como indivíduo expulso só por estar doente, porém, com o passar das repetidas leituras dessa fonte, entendemos que ele foi enviado para a província vizinha, pois a cidade ainda não tinha estabelecimento próprio para o tratamento de alienados. Todavia, João poderia muito bem se encaixar no perfil de limpeza urbana que a cidade vivia. Logo, a história dele nos remete à mais romanesca das Naus, a da loucura exposta por Michel Foucault

Mas de todas essas naves romanescas ou satíricas, a *Narrenschiff* é a única que teve existência real, pois eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. [...] Esse costume era freqüente particularmente na Alemanha: em Nuremberg, durante a primeira metade do século XV, registrou a presença de 62 loucos, 31 dos quais foram escorraçados. Nos cinquenta anos que se seguiram, têm-se vestígios ainda de 21 partidas obrigatórias, tratando-se aqui apenas de loucos detidos pelas autoridades municipais. [...] Às vezes, os marinheiros deixavam em terra, mais cedo do que haviam prometido, esses passageiros incômodos; [...] Frequentemente as cidades da Europa viam esses naus atracar em seus portos (FOUCAULT, 2010, p. 9).

2 Ler: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.





Abandonados pelo Estado e por familiares (aqueles que tinham algum parente na cidade), os alienados faziam parte do cenário do Fausto<sup>3</sup>, mudando o cotidiano daqueles que eram perturbados pelas ações dos alienados. Apesar de todos os problemas estruturais e administrativos que as instituições para alienados passavam, o Estado possuía um Hospício destinado para esses doentes. Era comum o Hospício Eduardo Ribeiro receber doentes de outras localidades da região, como é o caso Tomaz Quimquim Corrêa, que veio da vila Boa Vista do Rio Branco, acompanhado por dois praças, e tivera por intermédio da polícia seu internamento no Hospício Eduardo Ribeiro (JORNAL DO COMÉRCIO, 02/10/1917, p. 1).

Muitas pessoas vinham do interior para a capital para receber tratamento. Os alienados tinham a sua mudança decretada para outras localidades antes da construção do Hospício. Como exemplo, Manuel e Miguel que eram considerados perigosos, pois atacavam as pessoas que se aproximavam. No caso de Miguel, ele tinha família, mas acabou sendo abandonado pela esposa e filhos. Já Manuel atacava mulheres nas ruas, independente, de serem casadas ou não, e não se preocupava com a idade que tinham. Esses dois casos ganharam as páginas do jornal, que solicitava a ação da polícia e que fossem enviados para Belém, que possuía um manicômio recentemente construído (DIÁRIO DE MANÁOS, 21/07/1893, p. 1).

As viagens pelos rios do Amazonas também foi cenário para surtos de alienados enquanto viajavam de uma localidade para outra e, casos desse tipo, não eram raros de acontecer dentro das embarcações. Vicente B. Lima, era um louco que vivia em Porto Velho, porém a cidade não tinha Hospício para tratá-lo, então foi encaminhado para Manaus. Em meio à viagem teve várias crises, atentando contra passageiros e contra si mesmo, tentando sem sucesso se jogar no rio (JORNAL DO COMÉRCIO, 07.07.1916, p. 1). O caso de Vicente, é um dos muitos que encontramos nas páginas dos jornais. Nesses casos, os alienados atacavam várias pessoas e acabavam sendo contidos pelos tripulantes. Chegando ao destino final, eram entregues à polícia, que os encaminhava para o Hospício Eduardo Ribeiro.

A ação da polícia era de saúde, mas também de ordem, principalmente, para tirar aqueles que de alguma forma interferiam no espaço em comum. Por isso, na maioria dos casos, levados para o Hospício Eduardo Ribeiro, onde passavam, inicialmente, pela polícia na figura do médico que atestava a alienação e, em seguida, ao recolhimento na instituição de saúde. Francisco Pereira Cambaia, foi uma dessas pessoas que foi recolhida pela polícia e logo transferida para o hospício. O motivo que o levou para tal estabelecimento foi que ele perturbava o sossego público (COMERCIO DO AMAZONAS, 14/10/1880, p. 1).

As ações dos alienados incomodavam, pois interferiam na ordem e progresso que o país buscava. Partindo dessa premissa, o louco, o vadio, o mendigo, as prostitutas, entre outros, deveriam ser disciplinadas e isso só viria com a correção de seus atos, uma delas seria o trabalho. O trabalho era visto como mecanismo de disciplina e de progresso, pois o Brasil tentava fugir da economia agrícola para industrializá-lo. Para que isso viesse ocorrer, era necessária a qualificação da mão de obra, que foi buscada na Europa.

No entanto ninguém estava livre de ser acometido com a enfermidade de alienação. Destacamos a situação que ocorreu com um funcionário dos correios que estava em uma embarcação e se apresentou agressivo no retorno para sua casa, tendo que ser contido por passageiros da embarcação para não se atirar e nem as correspondências que estavam sob sua responsabilidade ao rio (A CAPITAL, 04.10.1917, p. 1). Rogério, teve o mesmo destino que outros alienados tiveram ao aportar, o seu recolhimento no Hospício.

3 Cidade transformada para os senhores da borracha, transformou-se em um canteiro de obras para se “apresentar” ao mundo como moderna e higienizada, para receber investimentos e deixar para trás as suas características indígenas. Sobre essa perspectiva ler: DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*, e COSTA, Deusa. *Quando viver a ameaça a ordem urbana: Trabalhadores de Manaus (1880-1915)*



O trabalho como meio de recuperação social não deveria atingir apenas os sãos, contudo, os doentes que pudessem produzir algo para o país seriam mãos úteis para o trabalho. Segundo Maria Cunha

A intenção era de que, através do trabalho “terapêutico” dos internos, se atingisse o estágio da auto-suficiência e, possivelmente, mesmo um pequeno excedente destinado ao mercado. O louco, que constituía até então um ônus sobre os ombros do governo ou da família, seria de alguma forma reintegrado a um circuito produtivo e arcaria com o custo da sua própria subsistência – condição, aliás, indispensável para que se pudesse ampliar a escala da assistência (CUNHA, 1986, p. 70).

Na realidade, o que o Estado buscava era ter um retorno do que foi investido no alienado, então utilizaram os hospitais para tratar o alienado inserindo-o no trabalho como meio terapêutico e também de retorno financeiro. A atividade escolhida, no caso do município de Manaus, foi a horta. Esse discurso ganhou mais força na década de trinta, transformando o Hospício em Colônia, utilizando atividades agrícolas para ter o retorno terapêutico e econômico.

Manter a ordem nos espaços em Manaus não era fácil, pois não tinha como controlar a vontade dos indivíduos em circular nos espaços público. O alienado era visto como um problema, por ele ser imprevisível e, nos momentos de crise, agressivo. Não ter controle sobre esse indivíduo, fez com que o Estado tomasse medidas, mandando recolhê-los em espaço adequado.

Invadir um lugar que não era seu seria ameaçar a ordem: “chamamos a atenção da autoridade competente para um louco, que vive vagando pela praça de S. Sebastião proferindo obscenidades e alarmando as famílias com altos gritos. Será um ato de caridade recolher esse infeliz no Hospício de Alienados.” (A FEDERAÇÃO, Ano VII, 07/ 11/1900, n. 791, p. 2.), nesse caso, o louco é visto como ameaça e perturbador da ordem pública, e deveria ser recolhido em lugar específico para ser tratado. Mas pensamos em outra questão: a localização do louco no perímetro central, era de intensa circulação de pessoas, todavia se ele estivesse em um lugar afastado do centro da cidade, ele seria notícia? Por esse tipo de caso relacionado à localização, foi solicitado que o Hospício dos Alienados Eduardo Ribeiro fosse construído distante da área central, para evitar esse tipo de inconveniência e ajudar no tratamento do alienado.

As mulheres também estavam presentes na Santa Casa e no Hospício dos Alienados. No entanto, a mulher na passagem do século XIX para XX não deixa de ser uma construção do período. Sua forma de se vestir, falar, seu modo de agir, entre outras ações, eram observadas por uma sociedade que buscava a beleza. Desta forma, se via no espelho, contudo nem sempre o reflexo dessa imagem era a sonhada pela família ou sociedade. Muitas vezes ela era privada de socializar-se, de ter novas descobertas, ou ainda, agir por conta própria. Todavia, não podemos deixar de visualizar, também, aquelas que saíram do conforto do seu lar e foram à luta, quer ainda, em busca dos seus maridos que para a urbe de Manaus vieram.

Muitas senhoras compuseram esse período, como a Raymunda uma das muitas que encontrei nos jornais, e a quem a pesquisa ajudou a emergir da ocultação histórica. Imigrante, mulher, a qual era apenas identificada pelo primeiro nome seguido de *tal* e nacionalidade, “Com guia da 1ª delegacia foi recolhida à Santa Casa de Misericórdia a indigente Raymunda de tal, espanhola” (A NOTÍCIA, Ano I, 28/12/1908, n. 25, p. 2). Deve ter chegado à cidade em um dos inúmeros vapores que aqui aportavam, em busca de algo ou fugida por algum motivo, mas que veio para Manaus, e acabou sendo recolhida na Santa Casa juntamente com várias indigentes que ali eram recolhidas.

Percebemos ainda que os estrangeiros recolhidos nessas instituições eram identificados dessa forma nos jornais, apesar disso seus nomes não se encaixavam na nacionalidade exposta. Podemos dizer que ao chegarem à capital do Amazonas, eles ganhavam um nome brasileiro, como o caso de Raymunda, de nacionalidade espanhola.

Encontramos nas mensagens dos governadores, o caso da Maria Antonia Spadini, italiana, que teve sua ida decretada para o Hospício Eduardo Ribeiro pelo Dr. L. Cavalcante, médico da de-



legacia (MENSAGEM, lida perante ao Congresso do Amazonas na abertura da 2ª Sessão ordinária da 8ª legislatura, Exm. SNR. Dr. Jonathas Freitas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914, p. 135). Esta, diferentemente de Raymunda, possui uma nomenclatura característica de sua nacionalidade, ajudando a compor essa multiplicidade de nacionalidades que para Manaus vieram.

Um outro caso envolvendo pessoas do sexo feminino nos chamou atenção: o de Manoela. Ela foi contida pela polícia, que logo diagnosticou que se tratava de um caso de loucura, “O Sr. Capitão prefeito de segurança fez ontem deter Manoela Fernandes, que andava pela praça da Constituição propalando que seu ex-amásio Nino Perez queria matá-la. Parece que se trata de um caso de loucura” (QUO VADIS?, Ano I, 25/11/1902, n.6, p. 2). O histórico de Manoela, destaca-se, pois tratava-se de um relacionamento fora do padrão aceitável pela sociedade. Porém entendemos que ela logo foi diagnosticada por não estar dentro dos padrões ditos normais, por ela estar agitada e também por estar fazendo acusações questionáveis para a conduta das mulheres da época.

No caso das alienadas, a doença assim diagnosticada está intimamente ligada à sua sexualidade, para Maria Cunha, “No que compete às mulheres, a sexualidade está relacionada desde longo tempo a diferença das categorias da insanidade: tradicionalmente os alienistas associaram a loucura feminina a fases críticas de seu corpo” (CUNHA, 1986, p. 34).

Com a propaganda estimulada pelo estado e também nos jornais sobre a fortuna que o látex proporcionava a quem trabalhava com ele, muitos sonharam em enriquecer com o ouro branco da Amazônia. No entanto nessa história, muitas outras foram esquecidas, famílias separadas, mortes nos seringais, senhoras atrás de seus esposos, podemos assim refletir sobre Francelina do Rego Brasileiro, que foi recolhida como indigente ao Asilo (COMÉRCIO DO AMAZONAS, Ano XXXII, 04/ 11/ 1899, n. 61, p.1). Não sabemos o motivo da sua vinda para Manaus, quer se tinha filhos, ora esposo, apesar disso aqui esteve, e teve como seu destino o Hospício.

Assim como Francelina, encontramos muitas outras. Marias, Fátimas, Isabeis, Ritas, entre outras heroínas de suas histórias, que tiveram como parte da sua trajetória de vida o recolhimento à Santa Casa de Misericórdia ou ao Hospício Eduardo Ribeiro. Ainda assim, não podemos deixar de citar as lutas que essas mulheres enfrentaram em seu tempo.

A luta delas por vezes foi escondida, pela composição histórica de vitórias de heróis que o Brasil estimulou, para que assim construíssem a sua própria identidade. Sem embargo as mulheres cada vez mais saem da sombra do homem e conquistam seu espaço na historiografia regional. Não estamos aqui para construir uma história de gênero, ainda assim, para erigir a história de exclusão dos alienados de Manaus, na qual também se inserem alienadas.

Não negamos que a história que antecede a dos *Annales*<sup>4</sup> deu sua contribuição para que tornássemos a ciência que somos hoje. Porém, se essa transformação de mentalidade não tivesse ocorrido, deixaríamos de conhecer muitos atores e atrizes de sua história. Nessa perspectiva, para Marcos Silva “A memória dominante, para se afirmar, precisa sufocar ou submeter memórias autônomas, provando que sua existência se dá num espaço de lutas, configurando poderes menos visíveis e muito eficazes na construção de identidades sociais” (SILVA, 2003).

A imagem da mulher, por vezes possui uma dualidade principalmente nas obras de arte quer literatura. Na virada do século XIX, isso também caberia, pois as mulheres são vistas como saudáveis, outras vezes, não, e passam a ser mais observadas pelo que vestem e pela forma que agem. Todavia, nesse caso, as burguesas da *Belle Époque* manauara não nos atraem, mas sim, ela estava no espaço

4 *Annales* foi uma revista que contribuiu para o processo histórico de como se escreveria a história a partir de novas abordagens e perspectivas, explorando as fontes que poderiam ser consideradas para além de documentos oficiais, deste modo, uma variedade de material começou utilizado para uma compreensão histórica. Participaram desse processo nomes como Lucien Febvre e Marc Bloch.





público, ou mesmo no privado, exercendo o papel de trabalhadora, ora ainda, de excluída do processo de modernização da cidade.

O corpo feminino é um lugar restrito, segundo Ligia Bellini, “Os médicos tinham pouco acesso ao corpo feminino” (BELLINI, 1989) e, por isso, vai ser tornar objeto de interesse médico por todo o século XIX. Levando em consideração muitos fatores, mas principalmente o que envolve a sexualidade feminina, em alguns casos ocasionaria no diagnóstico de alienação.

Thereza Maria de Jesus, foi recolhida em local adequado pois estava sofrendo de alienação (A FEDERAÇÃO, 19/ 05/ 1899, n. 425, p. 2). Contudo, pelo que consta na notícia, ela não passou por nenhum médico especialista e logo foi diagnosticada como “por se achar sofrendo das faculdades mentais”. Vamos trabalhar com Thereza, a partir da ótica de que ela realmente sofresse de alienação. Ela iria para a ala feminina do Hospício e receberia o tratamento mínimo que era dado a todos, porém, estaria à mercê de sofrer agressões e ter a privacidade do seu corpo invadida nos banhos. Thereza dificilmente teria sua razão recuperada com o tratamento fornecido dentro da instituição.

Não somente Thereza, mas várias que foram recolhidas nas instituições para alienados na urbe de Manaus, precisavam receber tratamentos eficazes para que voltassem a ser senhoras adequadas ao padrão estipulado na virada do século XIX. Uma mulher que também estava ligada à nova cidade que se constituía, então essa adulta não precisava estar doente de forma patológica, bastava uma ação diferenciada das demais para que fosse considerada alienada. Maria Cunha expõe,

Nem frígidas, ‘messalinas’, as mulheres solteiras, um grande contingente no pavilhão das pensionistas, configuram um outro padrão: donzelas, com mais de trinta anos, sem trabalho e adaptadas à dependência e tutela de pais e irmãos. Mulheres sem espaço ou função social, excluídas da esfera natural de mães/ esposas, que para os alienistas, configuram obrigatoriamente um quadro de desajuste e frustração (CUNHA, 1986, p. 147).

A dama da passagem do século XIX para o XX, ainda é do espaço privado. Para Michelle Perrot, “Pela força das circunstâncias, pelo menos para as mulheres de antigamente nas mulheres de hoje (o que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição” (PERROT, 1989). Por isso essas, que por algum motivo é obrigada a trabalhar fora do lar, é julgada por se fazer presente no espaço público, segundo Magali Engel,

Verifica-se uma associação entre prostituição e certos tipos de ocupação que constituíam, comumente, o meio de sobrevivência para as mulheres pobres da cidade. Ao mesmo tempo que condenam a prostituição porque ela se opõe ao trabalho, retirando as mulheres das tarefas produtivas, os médicos acabam por conferir uma qualificação negativa e preconceituosa ao trabalho feminino. Concedendo a costureira, a enfermeira, a florista etc. como prostitutas enrustidas, expressam, de modo contraditório, duas idéias burguesas: a mulher trabalhadores e a mulher esposa-mãe (ENGEL, 1989, p. 95).

Para as mulheres que usavam o seu corpo para o trabalho, o espaço ao qual elas pertenciam tinha que ser disciplinado e suas atitudes enquadradas. A prostituição era vista como doença, portanto prejudicial à saúde da cidade e ao progresso do país. Para Magali Engel, “a prostituição é classificada como ameaça à saúde física, moral e social do conjunto da população urbana e, enquanto tal, deve ser controlada” (ENGEL, 1989, p. 138). Para evitar a proliferação da doença social, o Código de Postura irá enquadrá-las “É proibido as mulheres de vida fácil conversarem às janelas com os transeuntes, sob pena de multa de 59\$000” (LEI n. 639, de 13 de Setembro de 1910. Capítulo XII, p. 42.). Além disso, Paulo Júnior expõe, “tiveram o seu espaço reduzido depois de 1910, Itamaracá e Estrada Epaminondas.” (JÚNIOR, 2005, p. 93)



Para mulher de vida “fácil”, a repressão policial era feita com mais rigor em áreas com maiores disposições para essa prática, mas essa atuação policial ficava nas áreas conhecidas como “zona”. Podemos assim, entender que essa prática era para senhoras que circulavam nas ruas. As outras que realizavam a mesma atividade em cabarés de luxo, não sofriam o mesmo processo de vigilância, pelo contrário, eram protegidas dos senhores da borracha<sup>5</sup>.

Os cuidados prestados aos mais pobres continuavam sendo poucos. O recolhimento de loucos para o asilo continuava sem nenhuma perspectiva de diagnóstico médico e sem o comprometimento exigido sobre as informações dos loucos, como o caso do Francisco de tal e Manoel Abdon que foram recolhidos no Hospício dos Alienados (CORREIO DO NORTE, Ano I, 26/ 04/ 1906, n. 81, p. 1.). Deste viés, os alienados aparecem sem identidade. Mais uma vez chamo atenção para o termo *tal*, que é visto nos alienados e nos indigentes recolhidos em ambas as instituições. Esse *tal*, tem algo a nos informar: que eles são mais um dos muitos que foram recolhidos nesses estabelecimentos sem terem chance de passar por um diagnóstico ou tratamento. E mais uma vez destacamos que o uso desse termo representa uma ausência de identidade desse indivíduo para a sociedade da época. Não sabemos se os dois indivíduos sofriam de um distúrbio mental patológico, ou se foram parar ali encaminhados por estarem agitados ou embriagados, porém podemos reafirmar que foram recolhidos por suas ações.

Aos atores sociais podemos inventar *N* possibilidades, mas nunca saberemos o tempo de permanência deles nessas instituições, o que os levou para lá, qual era a sua situação mental, entre outras questões, nem podemos contar a “verdadeira” história por trás desses nomes, pois, isso pertence unicamente a eles e foi levado com eles. Emergir memórias, falas silenciadas, histórias nunca contadas, não é um trabalho fácil, mas com certeza é uma atividade prazerosa.

A luta alienista não foi discutida e aplicada da mesma forma em todo o país, as cidades que se destacam no levante dessa bandeira foram São Paulo e o Rio de Janeiro. Manaus só entraria para esse rol com a conquista do Hospício dos Alienados Eduardo Ribeiro em 1894, mesmo assim elas não foram muitas, pois a instituição apresentou problemas desde o início da construção, levando por anos até o fim da construção da obra no sítio do *O Pensador* em 1927, e ainda assim, continuou com problemas de estrutura e corpo clínico.

No entanto, não podemos desprezar tudo o que o Estado realizou para tratar esses doentes. Encontrar o alienado no regulamento do Código de Postura para ser recolhido em local adequado, e até mesmo as instalações para o tratamento desses doentes na ala da Santa Casa inicialmente e posteriormente ao Asilo Eduardo Ribeiro, foram os primeiros passos para que mudanças viessem mais tarde.

Aos alienados, que sofreram com o processo de exclusão e um rapto de sua história, nos restou algumas linhas nas páginas dos jornais. Mas a história desses doentes, é mais extensa, pois eles foram atores de suas vidas, doentes ou não, de forma patológica ou não, eles fizeram com que o Estado os vissem, para isso agiram sem pudor de suas ações, e foram vistos, através de poucas linhas dos jornais, e dessa pequena dissertação, pela legislação, pelos códigos de postura e por toda uma sociedade, que almejava o que não podia ter nas mãos com total eficácia, a eles deixamos uma resposta de um alienado, “Nesse hospício de alienados, há quanto tempo está aqui? Perguntou um visitante a um doido. - Estou aqui desde que os de lá de fora perceberam que eu tinha descoberto que os doidos eram eles” (A FEDERAÇÃO, Ano VII, 14/07/1900, n.700, p. 2).

5 Ler: JÚNIOR, Paulo Marreiro dos Santos. Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara:1890 –1917. *Revista de História Regional*, Inverno, 2005, p. 10(2): 87 – 108.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram apresentadas as características dos alienados enviados para a Santa casa de misericórdia e o hospício Eduardo Ribeiro, e como esses fizeram parte das mudanças ocorridas na cidade, inserindo nesse contexto as normas para aqueles que viviam na cidade da borracha deveriam seguir. No texto nota-se que as regras eram para o controle social daqueles que estavam a margem do Fausto, partindo dessa premissa, muitos dos recolhidos nas instituições médicas iam por conta de suas atitudes, portanto aqueles envolvidos em brigas, arruaças, prostituição e alienação.

Por fim, observa-se que as demandas políticas e econômicas interferiram na vida dos alienados, unindo-se ao discurso do saber médico para trata aqueles que não eram considerados normais, por isso a normalização da cidade e do corpo do doente, precisava se adaptar as novas normas para que pudessem estar circulando e presenciando a Paria dos Trópicos sonhada e almejada pela elite local.

## REFERÊNCIAS

- A CAPITAL, 04.10.1917, p. 1  
A CAPITAL, 26.03.1918, p. 2  
A FEDERAÇÃO, 16/06/ 1899, n. 359, p. 2  
A FEDERAÇÃO, 19/ 05/ 1899, n. 425, p. 2.).  
A FEDERAÇÃO, 22/12/1899, n.522, p.1  
A FEDERAÇÃO, 23/06/1899, n.365, p.1  
A FEDERAÇÃO, Ano VII, 07/ 11/1900, n. 791, p. 2.  
A FEDERAÇÃO, Ano VII, 14/07/1900, n.700, p. 2  
A NOTÍCIA, Ano I, 04/12/1908, n.1, p. 2  
A NOTÍCIA, Ano I, 28/12/1908, n. 25, p. 2  
BELLINI, Ligia. *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial*. São Paulo. Editora: Brasiliense. 1989.  
CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. 5ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.  
CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.  
COMERCIO DO AMAZONAS, 14/10/1880, p. 1  
COMÉRCIO DO AMAZONAS, Ano XXXII, 04/ 11/ 1899, n. 61, p.1  
CORREIO DO NORTE, Ano I, 26/ 04/ 1906, n. 81, p. 1.).  
CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.  
DIÁRIO DE MANÁOS, 21/07/1893, p. 1  
DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. 2ª Edição. Manaus: Valer, 2007.  
ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 352 p. Loucura & Civilização collection. ISBN: 85-85676-94-9. Available from SciELO. Books <http://books.scielo.org>  
FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução José Teixeira Coelho Neto. 9ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2010.  
JORNAL DO COMÉRCIO, 02/10/1917, p. 1  
JORNAL DO COMÉRCIO, 07/07/1916, p. 1



- JÚNIOR, Paulo Marreiro dos Santos. Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara: 1890 –1917. *Revista de História Regional*, Inverno, 2005, p. 10(2): p. 87–108.
- LEI n. 639, de 13 de Setembro de 1910. Capítulo XII, p. 42.
- MENSAGEM, lida perante ao Congresso do Amazonas na abertura da 2º Sessão ordinária da 8º legislatura, Exm. SNR. Dr. Jonathas Freitas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914, p. 135
- O SÉCULO, Ano 1, 11/01/1890, n. 3
- PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 18, agosto de 1989/ novembro de 1989, pp.10- 8.
- PESSOTTI, Isaias. *Os nomes da loucura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- PORTOCARRERO, Vera. *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- QUO VADIS?, Ano I, 25/11/1902, n.6, p. 2
- RELATÓRIO da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, apresentado às Mesas da Assembléia Geral e Administrativa, em sessão de 1 de Janeiro de 1906, pelo provedor Coronel Affonso de Carvalho. Manaus, 1906. Anexo 2.
- RELATÓRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Manaus: Typ do CA e LA, 1923, p.119
- RELATÓRIO, Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves presidente da Província do Amazonas instalou a 1 sessão da 18 legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, em 25 de março de 1886, p. A-7.
- SILVA, Marcos A. da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2003.

